

Ministério da Educação
Universidade Federal do Amapá
Curso de Direito
Núcleo de Prática Jurídica
Clínica de Direitos Humanos

EDITAL Nº 002/2020 – NPJ/CDH/UNIFAP
SELEÇÃO DE VOLUNTÁRIOS

A Coordenação da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Federal do Amapá (CDH/UNIFAP), torna pública a seleção de voluntários para o projeto de extensão “Clínica de Direitos Humanos”, mediante as normas contidas no presente edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Clínica de Direitos Humanos, do curso de Direito do campus Marco Zero, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), é um projeto de extensão com caráter transdisciplinar voltado à consolidação e promoção dos Direitos Humanos.

1.2 Com a finalidade de produzir impactos e transformações na realidade social, a Clínica promove atividades extensionistas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa. As atividades desenvolvidas buscam promover uma formação humanística dos estudantes, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional.

1.3 A Clínica atua na perspectiva dos seguintes eixos temáticos:

A - A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça;

B - Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade;

C – Direitos Humanos e Identidades Amazônicas;

D – Metodologias Clínicas e Pesquisas empíricas em Direito.

1.5 No tocante às atividades dentro dos eixos temáticos, a Clínica atua em casos de violação estrutural de Direitos Humanos, o que pode decorrer de ação ou omissão das esferas tanto pública quanto privada e, também, atua em caráter de monitoramento de Direitos Humanos, visando à prevenção de violações.

1.6 O projeto encontra-se dividido em grupos por eixo temático.

Ministério da Educação
Universidade Federal do Amapá
Curso de Direito
Núcleo de Prática Jurídica
Clínica de Direitos Humanos

1.7 O trabalho dos grupos prevê diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos. Prevê, ainda, a elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos, como cartilhas, e materiais técnicos, como pareceres e consultorias.

1.8 A Clínica funciona às segundas, quartas e sextas-feiras, manhã e tarde, no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do campus Marco Zero da UNIFAP. A demanda é seletiva, notadamente quanto ao eixo temático “C” - segundo pesquisas exploratórias -, e eletiva, no plantão de atendimento pelos estudantes.

1.8.1 Durante a suspensão do calendário acadêmico da UNIFAP, por conta da pandemia de COVID-19, algumas atividades da Clínica estão ocorrendo de maneira remota, mediante agendamento prévio.

1.9 É importante destacar que a Clínica desenvolve suas atividades extrajudicialmente, com articulação com redes de proteção de Direitos Humanos, envolvendo movimentos sociais, agentes/órgãos estatais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais.

2 DO OBJETIVO

2.1 Este edital visa regulamentar a seleção de 4 (quatro) voluntários, sendo 3 (três) voluntários de graduação do curso de Direito da UNIFAP, do campus Marco Zero, e 1 (um) voluntário de graduação de qualquer curso da UNIFAP, do campus Marco Zero, para atuação no projeto “Clínica de Direitos Humanos”, de acordo com os eixos temáticos referidos no item 1.3 e com o referido no item 1.5, a saber:

- 1 (uma) vaga para o eixo temático “A” - “A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Helena Cristina Guimarães Queiroz Simões;
- 1 (uma) vaga para o eixo temático “B” - “Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Linara Oeiras Assunção;
- 1 (uma) vaga para o eixo temático “C” - “Direitos Humanos e Identidades Amazônicas”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Daize Fernanda Wagner;
- 1 (uma) vaga para o eixo temático “D” - “Metodologias Clínicas e Pesquisas empíricas em Direito”, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Linara Oeiras Assunção.

3 DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

3.1 Poderão inscrever-se os estudantes que atenderem aos seguintes requisitos:

- Para os eixos temáticos “A”, “B” e “C”, estar regularmente matriculado(a) na graduação do curso de Direito da UNIFAP, do campus Marco Zero;
- Para o eixo temático “D”, estar regularmente matriculado(a) em qualquer curso de graduação da UNIFAP, do campus Marco Zero;
- Ter disponibilidade de 4 (quatro) horas semanais para se dedicar às atividades do projeto;
- Concordar com o Plano de Trabalho do eixo temático para o qual se candidatar (Anexo III), tendo ciência de que se trata de um planejamento inicial, portanto, passível de ajustes e alterações.

3.2 Requisitos específicos de cada vaga:

3.2.1 Para a vaga do eixo temático “A” (A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça), busca-se estudante de graduação do curso de Direito da UNIFAP, do campus Marco Zero, preferencialmente que já tenha cursado a disciplina de Direito Internacional Público;

3.2.2 Para a vaga do eixo temático “B” (Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade), busca-se estudante de graduação do curso de Direito da UNIFAP, do campus Marco Zero, preferencialmente que possua experiência com direito da seguridade social (direito da saúde, da previdência e/ou da assistência social);

3.2.3 Para a vaga do eixo temático “C” (Direitos Humanos e Identidades Amazônicas), busca-se estudante de graduação do curso de Direito da UNIFAP, do campus Marco Zero, preferencialmente que já tenha cursado a disciplina de “Cidadania e Identidade Amazônica” e tenha noções de processo civil;

3.2.4 Para a vaga do eixo temático “D” (Metodologias Clínicas e Pesquisas empíricas em Direito), busca-se estudante de graduação de qualquer curso da UNIFAP, do campus Marco Zero, com conhecimento na área de design gráfico (Photoshop e/ou Illustrator e/ou CorelDRAW e/ou InDesign).

4 DO VOLUNTARIADO

4.1 A participação no Projeto terá duração de 6 (seis) meses, de agosto a dezembro de 2020, como possibilidade de prorrogação por igual período.

Ministério da Educação
Universidade Federal do Amapá
Curso de Direito
Núcleo de Prática Jurídica
Clínica de Direitos Humanos

4.2 Dos compromissos do(a) voluntário:

- Cumprir a carga horária de 4 (quatro) horas semanais, prevista no Plano de Trabalho (Anexo III);
- Realizar as atividades previstas no Plano de Trabalho (Anexo III);
- Seguir as orientações do(a) orientador(a);
- Participar de treinamento específico para o desempenho de suas atividades, quando for exigido;
- Participar das reuniões para planejamento e avaliação das atividades e práticas programadas;
- Apresentar ao(à) orientador(a) do projeto o relatório de atividades;
- Apresentar ao(à) orientador(a), após o término do voluntariado, relatório final de atividades.

4.3 Do cancelamento do voluntariado e da substituição do voluntário:

4.3.1 O voluntariado será cancelado nos seguintes casos:

- Conclusão do curso de graduação;
- Trancamento de matrícula;
- Desistência do voluntariado ou do curso;
- Abandono do curso;
- Prática de atos não condizentes com o ambiente universitário, nos termos da disciplina própria da UNIFAP, garantida a ampla defesa e o contraditório;
- Descumprimento de condições estabelecidas no Termo de Compromisso;
- Término/encerramento do projeto;
- Descumprimento das atribuições específicas do voluntário, previstas no Plano de Trabalho (Anexo III).

4.4 Das contrapartidas do projeto:

4.4.1 Os voluntários receberão certificado de 90 (noventa) horas, desde que a carga horária semanal (4 horas) seja cumprida fielmente ao longo do voluntariado na Clínica.

4.4.2 Os voluntários poderão solicitar das professoras orientadoras do projeto cartas de recomendação para a participação em outros projetos ou aplicações que exijam tais documentos.

5 DAS INSCRIÇÕES

5.1 As inscrições são gratuitas e aceitas somente mediante o encaminhamento dos documentos

Ministério da Educação
Universidade Federal do Amapá
Curso de Direito
Núcleo de Prática Jurídica
Clínica de Direitos Humanos

a seguir relacionados ao endereço eletrônico - cdhunifap@gmail.com -, contendo no assunto “SELEÇÃO VOLUNTÁRIO CDH/UNIFAP 2020” e a indicação de qual vaga do item 2.1 deste edital deseja disputar (Eixo A, Eixo B, Eixo C ou Eixo D):

- Comprovação de matrícula regular na graduação do curso de Direito, campus Marco Zero, para inscrições nos eixos temáticos “A”, “B” e “C”, ou qualquer outro curso de graduação da UNIFAP, campus Marco Zero, para inscrições no eixo temático “D”;
 - Formulário de inscrição devidamente preenchido e digitalizado (Anexo I);
 - Histórico escolar com Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) igual ou superior a 7 (sete);
 - Carta de intenções, em que o(a) estudante deverá demonstrar seu perfil acadêmico, as razões que o(a) levam a pleitear a vaga, sua disponibilidade de tempo para o projeto e suas habilidades;
- 5.2 Para a vaga do eixo temático “D”, deve-se anexar também os certificados de cursos realizados na área de design gráfico ou alguma produção do seu portfólio.

5.3 O período de inscrições será de 17 a 27 de julho de 2020.

6 DO PROCESSO SELETIVO E DO RESULTADO

6.1 O processo de seleção ocorrerá em apenas 1 (uma) etapa:

- Análise documental – avaliação dos documentos listados no item 5.1 do edital.

6.2 A carta intenções será avaliada segundo os critérios estabelecidos no Anexo II.

6.2.1 A nota de corte da carta de intenções será 7 (sete).

6.3 A nota final da seleção será definida a partir do cálculo da média aritmética simples do Índice de Rendimento Acadêmico (IRA) e da nota da carta de intenções.

6.3 O resultado da seleção será divulgado no dia 31 de julho de 2020, pelo blog do curso de Direito, no site da UNIFAP e nas redes sociais da Clínica;

6.4 Os(as) estudantes aprovados(as) e classificados(as) deverão manifestar interesse pela ocupação da vaga, por meio do endereço eletrônico cdhunifap@gmail.com, até o dia 03 de agosto de 2020, caso contrário, serão substituídos(as).

6.5 Os(as) estudantes aprovados(as) e não classificados(as) comporão cadastro reserva durante a vigência deste edital.

6.6 Na ocorrência de não preenchimento de vaga, a critério da Coordenação da Clínica de Direitos Humanos, os(as) estudantes aprovados(as) não classificados(as) poderão ser convocados a ocupar vaga diversa daquela pretendida originalmente.

Ministério da Educação
Universidade Federal do Amapá
Curso de Direito
Núcleo de Prática Jurídica
Clínica de Direitos Humanos

6.6.1 Os(as) estudantes convocados(as) com base na previsão do item 6.6 deverão manifestar interesse pela ocupação da vaga, por meio do endereço eletrônico cdhunifap@gmail.com, até o dia 05 de agosto de 2020.

6.7 Eventuais dúvidas deverão ser encaminhadas para o e-mail: cdhunifap@gmail.com.

7 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o(a) candidato(a) que:

- tiver participado de Programa de Iniciação Científica;
- tiver participado de Programa de Monitoria;
- tiver idade mais elevada ou tiver mais tempo como aluno(a) da UNIFAP.

8 DA VIGÊNCIA

8.1 Este edital, bem como o cadastro reserva, terá validade até o dia 31 de dezembro de 2020.

9 DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

9.1 Dos resultados desta seleção não caberão recursos.

9.2 Termos aditivos ou complementares poderão ser divulgados.

9.3 Os casos omissos serão dirimidos pela Coordenação do Projeto.

10 DO CRONOGRAMA

Inscrições	17 a 27/07/2020
Divulgação do Resultado	31/07/2020
Prazo máximo para confirmação de interesse pela ocupação da vaga	03/08/2020 e 05/08/2020 (dependendo da forma de aceite)

Macapá, 15 de julho de 2020.



Prof.ª Dr.ª Linara Oeiras Assunção
Chefe do Núcleo de Prática Jurídica
Portaria nº 679/2018-UNIFAP
Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da UNIFAP

Ministério da Educação
Universidade Federal do Amapá
Curso de Direito
Núcleo de Prática Jurídica
Clínica de Direitos Humanos

ANEXO I – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Nome completo	
RG	
CPF	
Curso	
Matrícula	
Semestre	
E-mail	
Endereço completo com CEP	
Eixo Temático	
Anuência	Declaro que concordo em executar o Plano de Trabalho do Eixo Temático para o qual estou me candidatando, conforme o Anexo III do Edital nº 002/2020 – CDH/UNIFAP, e tenho ciência de que se trata de um planejamento inicial, portanto, passível de ajustes e alterações. Macapá, de julho de 2020.
	Assinatura

ANEXO II – CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA CARTA DE INTENÇÕES

	Critérios	Nota
01	Clareza na expressão das intenções e dos argumentos apresentados para a inscrição no Projeto.	01
02	Sistematização e articulação de ideias.	01
03	Correção gramatical, estrutura e desenvolvimento do texto com fluidez e coerência no encaminhamento lógico da argumentação.	02
04	A perspectiva do(a) estudante quanto à relevância social de projetos de extensão como o “Clínica de Direitos Humanos” e quanto ao papel da universidade como instrumento de transformação social.	04
05	O interesse, a disponibilidade de tempo e a dedicação para o projeto.	02
Total		10

ANEXO III – PLANOS DE TRABALHO DOS BOLSISTAS

PLANO DE TRABALHO “A”: A proteção internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça.

1. Título do Programa ou projeto:

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

Plano de Trabalho “A”: A proteção internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça.

2. Caracterização (conforme informações da ação cadastrada no SIGAA)

2.1 Introdução

A Clínica de Direitos Humanos, vinculada ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), do Curso de Direito do Campus Marco Zero, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é um projeto de extensão, pensado para 12 meses, voltado à consolidação e promoção dos Direitos Humanos. A ideia é preparar um ambiente propício à implementação de um programa futuro de ensino, pesquisa e extensão com caráter transdisciplinar. A Clínica, com a finalidade de produzir impactos e transformações na realidade social, promove atividades jurídicas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa. As atividades desenvolvidas pelo Projeto buscam promover uma formação humanística dos estudantes, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional. Os eixos temáticos da Clínica são: 1. Direitos Humanos e Identidades Amazônicas; 2. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça; 3. Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade. Os eixos temáticos são executados, via metodologias clínicas e de pesquisas empíricas em Direito, com diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres. Espera-se, ao final, atender (ouvir) e/ou assistir (com relatórios, recomendações ou pareceres), no curso dos 12 meses do projeto, 150 pessoas. Considera-se, sobretudo, a repercussão dos atendimentos e das assistências dentro das comunidades tradicionais e das populações indígenas e quilombolas, que são público-alvo do eixo n. 1 da Clínica.

2.2 Objetivos

Geral:

A Clínica de Direitos Humanos visa produzir impactos e transformações na realidade social, por meio de atividades jurídicas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes em três eixos temáticos: “Direitos Humanos e Identidades Amazônicas; A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça; Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade”. Assim, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional.

Específico:

- Produzir saberes e seus reflexos no tocante à proteção internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça, buscando inserir jurisprudências e parâmetros internacionais em petições de casos individuais ou coletivos que tramitem no âmbito interno brasileiro.

2.3 Metodologia

A Clínica opera em casos nos quais é possível perceber uma violação estrutural de direitos humanos, o que pode decorrer de ação do Estado ou de ator privado – com conivência ou omissão do Estado, em qualquer de suas esferas, e, também, opera em caráter de monitoramento de direitos humanos, visando à prevenção.

O projeto encontra-se dividido e pensado em 3 grupos, 1 grupo para cada eixo temático, como a atuação de 10 estudantes, dentre eles 1 bolsista, e 1 docente por grupo. Ainda, o projeto tem a previsão de 1 bolsista para organizar, documentar, publicizar todas as metodologias clínicas e pesquisas empíricas desenvolvidas. O trabalho das equipes prevê diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, com a elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres.

A Clínica funciona às segundas, quartas e sextas-feiras no Núcleo de Prática Jurídica do Campus Marco Zero da UNIFAP. A demanda é seletiva, notadamente no eixo n. 1 - segundo pesquisas exploratórias, e é eletiva no plantão de atendimento pelos estudantes. É importante destacar que a Clínica atua na perspectiva extrajudicial, com articulação com redes de proteção de direitos humanos envolvendo movimentos sociais, agentes/órgãos estatais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, para:

- Proposição de mudanças em práticas e estruturas institucionais;
- Incidência em processos legislativos;
- Oferecimento de denúncias;
- Elaboração de documentos técnicos: pareceres, notas técnicas e estudos;
- Desenvolvimento de pesquisa sobre determinadas temáticas;
- Promoção e organização de eventos acadêmicos;
- Divulgação de pautas e mobilização por meio de recursos de comunicação.

Para o alcance deste objetivo específico proposto neste plano de trabalho I, espera-se que o bolsista analise casos paradigmáticos e realize a consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, com a elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres.

3. Cronograma/atividades programadas:

Apresentar as descrições das atividades a serem desenvolvidas no projeto, relacionadas ao tempo em que ocorrerão, ou seja, a serem cumpridas na vigência da bolsa (reuniões com coordenador (a), seções de estudo, leituras e fichamentos, elaboração de artigos para publicação, participação em seminários, Jornada de Extensão, elaboração de relatórios parciais e finais, e outras atividades pertinentes a ação do projeto. Etc.).

ATIVIDADES	ANO 2020									
					JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Seções de estudo e análise de casos dos tribunais internacionais.					X					
Leituras e fichamentos.					X					
Reuniões com a orientadora.					X	X	X	X	X	X
Atendimentos na Clínica – relação teoria e prática.						X	X			
Relatório parcial.										
Elaboração de material educativo e/ou técnico.						X	X	X		
Participação em Seminário da Clínica.									X	
Relatório final.										X

PLANO DE TRABALHO “B”: Litigância estratégica em Direitos Humanos: ferramentas de participação popular no processo legislativo.

1. Título do Programa ou projeto:

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

Plano de Trabalho “B”: Litigância estratégica em Direitos Humanos: ferramentas de participação popular no processo legislativo.

2. Caracterização *(conforme informações da ação cadastrada no SIGAA)*

2.1 Introdução

A Clínica de Direitos Humanos, vinculada ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), do Curso de Direito do Campus Marco Zero, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é um projeto de extensão, pensado para 12 meses, voltado à consolidação e promoção dos Direitos Humanos. A ideia é preparar um ambiente propício à implementação de um programa futuro de ensino, pesquisa e extensão com caráter transdisciplinar. A Clínica, com a finalidade de produzir impactos e transformações na realidade social, promove atividades jurídicas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa. As atividades desenvolvidas pelo Projeto buscam promover uma formação humanística dos estudantes, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional. Os eixos temáticos da Clínica são: 1. Direitos Humanos e Identidades Amazônicas; 2. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça; 3. Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade. Os eixos temáticos são executados, via metodologias clínicas e de pesquisas empíricas em Direito, com diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres. Espera-se, ao final, atender (ouvir) e/ou assistir (com relatórios, recomendações ou pareceres), no curso dos 12 meses do projeto, 150 pessoas. Considera-se, sobretudo, a repercussão dos atendimentos e das assistências dentro das comunidades tradicionais e das populações indígenas e quilombolas, que são público-alvo do eixo n. 1 da Clínica.

2.2 Objetivos

Geral:

A Clínica de Direitos Humanos visa produzir impactos e transformações na realidade social, por meio de atividades jurídicas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes em três eixos temáticos: “Direitos Humanos e Identidades Amazônicas; A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça; Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade”. Assim, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional.

Específico:

- Incentivar a litigância estratégica em Direitos Humanos, reconhecendo que é essencial a elaboração normativa de qualidade na tutela dos Direitos Humanos.

2.3 Metodologia

A Clínica opera em casos nos quais é possível perceber uma violação estrutural de direitos humanos, o que pode decorrer de ação do Estado ou de ator privado – com conivência ou omissão do Estado, em qualquer de suas esferas, e, também, opera em caráter de monitoramento de direitos humanos, visando à prevenção.

O projeto encontra-se dividido e pensado em 3 grupos, 1 grupo para cada eixo temático, como a atuação de 10 estudantes, dentre eles 1 bolsista, e 1 docente por grupo. Ainda, o projeto tem a previsão de 1 bolsista para organizar, documentar, publicizar todas as metodologias clínicas e pesquisas empíricas desenvolvidas. O trabalho das equipes prevê diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, com a elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres.

A Clínica funciona às segundas, quartas e sextas-feiras no Núcleo de Prática Jurídica do Campus Marco Zero da UNIFAP. A demanda é seletiva, notadamente no eixo n. 1 - segundo pesquisas exploratórias, e é eletiva no plantão de atendimento pelos estudantes. É importante destacar que a Clínica atua na perspectiva extrajudicial, com articulação com redes de proteção de direitos humanos envolvendo movimentos sociais, agentes/órgãos estatais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, para: - Proposição de mudanças em práticas e estruturas institucionais; - Incidência em processos legislativos; - Oferecimento de denúncias; - Elaboração de documentos técnicos: pareceres, notas técnicas e estudos; - Desenvolvimento de pesquisa sobre determinadas temáticas; - Promoção e organização de eventos acadêmicos; - Divulgação de pautas e mobilização por meio de recursos de comunicação.

Para o alcance deste objetivo específico proposto neste plano de trabalho II, espera-se que o bolsista realize estudos que conduzam à proposição de mudanças em práticas e estruturas institucionais, elaborando diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas.

3. Cronograma/atividades programadas:

Apresentar as descrições das atividades a serem desenvolvidas no projeto, relacionadas ao tempo em que ocorrerão, ou seja, a serem cumpridas na vigência da bolsa (reuniões com coordenador (a), seções de estudo, leituras e fichamentos, elaboração de artigos para publicação, participação em seminários, Jornada de Extensão, elaboração de relatórios parciais e finais, e outras atividades pertinentes a ação do projeto. Etc.).

ATIVIDADES	ANO 2020									
					JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Diagnósticos de demandas para políticas públicas e/ou propostas legislativas.					X	X	X			
Leituras e fichamentos.					X	X	X			
Reuniões com a orientadora.					X	X	X	X	X	X
Atendimentos na Clínica – relação teoria e prática.						X	X			
Relatório parcial.										
Elaboração de material técnico.						X	X	X		
Participação em Seminário da Clínica.									X	
Relatório final.										X

PLANO DE TRABALHO “C”: Direitos humanos econômicos, sociais e culturais das identidades amazônicas.

1. Título do Programa ou projeto:

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

Plano de Trabalho “C”: Direitos Humanos econômicos, sociais e culturais das identidades amazônicas.

2. Caracterização (conforme informações da ação cadastrada no SIGAA)

2.1 Introdução

A Clínica de Direitos Humanos, vinculada ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), do Curso de Direito do Campus Marco Zero, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é um projeto de extensão, pensado para 12 meses, voltado à consolidação e promoção dos Direitos Humanos. A ideia é preparar um ambiente propício à implementação de um programa futuro de ensino, pesquisa e extensão com caráter transdisciplinar. A Clínica, com a finalidade de produzir impactos e transformações na realidade social, promove atividades jurídicas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa. As atividades desenvolvidas pelo Projeto buscam promover uma formação humanística dos estudantes, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional. Os eixos temáticos da Clínica são: 1. Direitos Humanos e Identidades Amazônicas; 2. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça; 3. Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade. Os eixos temáticos são executados, via metodologias clínicas e de pesquisas empíricas em Direito, com diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres. Espera-se, ao final, atender (ouvir) e/ou assistir (com relatórios, recomendações ou pareceres), no curso dos 12 meses do projeto, 150 pessoas. Considera-se, sobretudo, a repercussão dos atendimentos e das assistências dentro das comunidades tradicionais e das populações indígenas e quilombolas, que são público-alvo do eixo n. 1 da Clínica.

2.2 Objetivos

Geral:

A Clínica de Direitos Humanos visa produzir impactos e transformações na realidade social, por meio de atividades jurídicas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes em três eixos temáticos: “Direitos Humanos e Identidades Amazônicas; A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça; Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade”. Assim, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional.

Específico:

- Relacionar Direitos Humanos e Identidades Amazônicas, enfrentando as dificuldades postas para esta relação no contexto local, cuja diversidade cultural, étnica e composição por diferentes grupos minoritários (populações indígenas, quilombolas e tradicionais) representa desafio ampliado para se pensar o direito.

2.3 Metodologia

A Clínica opera em casos nos quais é possível perceber uma violação estrutural de direitos humanos, o que pode decorrer de ação do Estado ou de ator privado – com conivência ou omissão do Estado, em qualquer de suas esferas, e, também, opera em caráter de monitoramento de direitos humanos, visando à prevenção.

O projeto encontra-se dividido e pensado em 3 grupos, 1 grupo para cada eixo temático, como a atuação de 10 estudantes, dentre eles 1 bolsista, e 1 docente por grupo. Ainda, o projeto tem a previsão de 1 bolsista para organizar, documentar, publicizar todas as metodologias clínicas e pesquisas empíricas desenvolvidas. O trabalho das equipes prevê diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, com a elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres.

A Clínica funciona às segundas, quartas e sextas-feiras no Núcleo de Prática Jurídica do Campus Marco Zero da UNIFAP. A demanda é seletiva, notadamente no eixo n. 1 - segundo pesquisas exploratórias, e é eletiva no plantão de atendimento pelos estudantes. É importante destacar que a Clínica atua na perspectiva extrajudicial, com articulação com redes de proteção de direitos humanos envolvendo movimentos sociais, agentes/órgãos estatais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, para: - Proposição de mudanças em práticas e estruturas institucionais; - Incidência em processos legislativos; - Oferecimento de denúncias; - Elaboração de

documentos técnicos: pareceres, notas técnicas e estudos;
- Desenvolvimento de pesquisa sobre determinadas temáticas; - Promoção e organização de eventos acadêmicos; - Divulgação de pautas e mobilização por meio de recursos de comunicação.

Para o alcance deste objetivo específico proposto neste plano de trabalho III, espera-se que o bolsista elabore documentos técnicos, pareceres, notas técnicas, estudos, e faça atendimentos e assistências dentro de comunidades tradicionais, populações indígenas e/ou quilombolas, conforme seletiva a ser feita no curso do projeto.

3. Cronograma/atividades programadas:

Apresentar as descrições das atividades a serem desenvolvidas no projeto, relacionadas ao tempo em que ocorrerão, ou seja, a serem cumpridas na vigência da bolsa (reuniões com coordenador (a), seções de estudo, leituras e fichamentos, elaboração de artigos para publicação, participação em seminários, Jornada de Extensão, elaboração de relatórios parciais e finais, e outras atividades pertinentes a ação do projeto. Etc.).

ATIVIDADES	ANO 2020									
					JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Seções de estudo sobre identidades amazônicas.					X	X	X			
Leituras e fichamentos.					X					
Seletiva de populações para atendimento e/ou assistência.					X	X	X			
Reuniões com a orientadora.						X	X	X	X	X
Atendimentos na Clínica – relação teoria e prática.						X	X			
Relatório parcial.										
Elaboração de material técnico.						X	X	X		
Participação em									X	

Seminário da Clínica.										
Relatório final.										X

PLANO DE TRABALHO “D”: Metodologias Clínicas e Pesquisas empíricas em Direito

1. Título do Programa ou projeto:

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS

Plano de Trabalho “D”: Metodologias Clínicas e Pesquisas empíricas em Direito.

2. Caracterização (conforme informações da ação cadastrada no SIGAA)

2.1 Introdução

A Clínica de Direitos Humanos, vinculada ao Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), do Curso de Direito do Campus Marco Zero, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é um projeto de extensão, pensado para 12 meses, voltado à consolidação e promoção dos Direitos Humanos. A ideia é preparar um ambiente propício à implementação de um programa futuro de ensino, pesquisa e extensão com caráter transdisciplinar. A Clínica, com a finalidade de produzir impactos e transformações na realidade social, promove atividades jurídicas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa. As atividades desenvolvidas pelo Projeto buscam promover uma formação humanística dos estudantes, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional. Os eixos temáticos da Clínica são: 1. Direitos Humanos e Identidades Amazônicas; 2. A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça; 3. Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade. Os eixos temáticos são executados, via metodologias clínicas e de pesquisas empíricas em Direito, com diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres. Espera-se, ao final, atender (ouvir) e/ou assistir (com relatórios, recomendações ou pareceres), no curso dos 12 meses do projeto, 150 pessoas. Considera-se, sobretudo, a repercussão dos atendimentos e das assistências dentro das comunidades tradicionais e das populações indígenas e quilombolas, que são público-alvo do eixo n. 1 da Clínica.

2.2 Objetivos

Geral:

A Clínica de Direitos Humanos visa produzir impactos e transformações na realidade social, por meio de atividades jurídicas de natureza teórico-prática com a participação direta dos estudantes em três eixos temáticos: “Direitos Humanos e Identidades Amazônicas; A Proteção Internacional dos Direitos Humanos como estratégia subsidiária de acesso à justiça; Litigância Estratégica em Direitos Humanos via legislação de qualidade”. Assim, possibilitando-os desenvolver um conjunto de habilidades voltadas para uma atuação jurídica proativa, crítica, reflexiva e criativa, por meio da capacitação em Direitos Humanos e suas formas de proteção no âmbito nacional e internacional.

Específico:

- Organizar, documentar, publicizar todas as metodologias clínicas e pesquisas empíricas desenvolvidas no curso do Projeto.

2.3 Metodologia

A Clínica opera em casos nos quais é possível perceber uma violação estrutural de direitos humanos, o que pode decorrer de ação do Estado ou de ator privado – com conivência ou omissão do Estado, em qualquer de suas esferas, e, também, opera em caráter de monitoramento de direitos humanos, visando à prevenção.

O projeto encontra-se dividido e pensado em 3 grupos, 1 grupo para cada eixo temático, como a atuação de 10 estudantes, dentre eles 1 bolsista, e 1 docente por grupo. Ainda, o projeto tem a previsão de 1 bolsista para organizar, documentar, publicizar todas as metodologias clínicas e pesquisas empíricas desenvolvidas. O trabalho das equipes prevê diagnósticos de demandas para políticas públicas ou propostas legislativas, análise de casos paradigmáticos e consequente definição de dinâmicas de enfrentamento a eventuais violações de Direitos Humanos, ainda, com a elaboração de relatórios, recomendações, materiais educativos como cartilhas e materiais mais técnicos como pareceres.

A Clínica funciona às segundas, quartas e sextas-feiras no Núcleo de Prática Jurídica do Campus Marco Zero da UNIFAP. A demanda é seletiva, notadamente no eixo n. 1 - segundo pesquisas exploratórias, e é eletiva no plantão de atendimento pelos estudantes. É importante destacar que a Clínica atua na perspectiva extrajudicial, com articulação com redes de proteção de direitos humanos envolvendo movimentos sociais, agentes/órgãos estatais, organizações da sociedade civil e organismos internacionais, para: - Proposição de mudanças em práticas e estruturas institucionais; - Incidência em processos legislativos; - Oferecimento de denúncias; - Elaboração de documentos técnicos: pareceres, notas técnicas e estudos;

- Desenvolvimento de pesquisa sobre determinadas temáticas; - Promoção e organização de eventos acadêmicos; - Divulgação de pautas e mobilização por meio de recursos de comunicação.

Para o alcance deste objetivo específico proposto neste plano de trabalho IV, espera-se que o bolsista faça a divulgação das pautas e da mobilização da Clínica por meio de recursos de comunicação.

3. Cronograma/atividades programadas:

Apresentar as descrições das atividades a serem desenvolvidas no projeto, relacionadas ao tempo em que ocorrerão, ou seja, a serem cumpridas na vigência da bolsa (reuniões com coordenador (a), seções de estudo, leituras e fichamentos, elaboração de artigos para publicação, participação em seminários, Jornada de Extensão, elaboração de relatórios parciais e finais, e outras atividades pertinentes a ação do projeto. Etc.).

ATIVIDADES	ANO 2020									
					JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Seções de estudo sobre metodologias clínicas e pesquisa empírica em Direito.					X	X	X			
Leituras e fichamentos.					X					
Reuniões com a orientadora.					X	X	X	X	X	X
Atendimentos na Clínica – relação teoria e prática.						X	X			
Relatório parcial.										
Elaboração de material para divulgação dos trabalhos da Clínica.						X	X	X	X	X
Participação em Seminário da Clínica.									X	
Relatório final.										X



Ministério da Educação
Universidade Federal do Amapá
Curso de Direito
Núcleo de Prática Jurídica
Clínica de Direitos Humanos

